

# QUINHENTOS ANOS DE HISTÓRIA SOCIAL LINGUÍSTICA DO BRASIL: UMA RETROSPECTIVA<sup>1</sup>

QUINIENTOS AÑOS DE HISTORIA SOCIAL-LINGÜÍSTICA DE BRASIL: UNA  
RETROSPECTIVA

FIVE HUNDRED YEARS OF BRAZIL'S SOCIAL-LINGUISTIC HISTORY: A RETROSPECTIVE

Wagner Argolo Nobre\*

União Metropolitana de Educação e Cultura

RESUMO: Neste artigo, procuramos traçar os quinhentos anos de história social-linguística do Brasil, abordando, comentando e criticando momentos que consideramos cruciais ao longo de tal percurso. Assim, começamos pelo século XVI, com a chegada dos colonizadores portugueses, tratando de aspectos como a adoção do tupinambá, por parte destes, como língua de contato inicial, assim como de suas consequências. Em seguida, ainda no mesmo século, abordamos a chegada dos africanos e as consequências linguísticas que este importante fator demográfico traria para o cenário de contato linguístico nos séculos seguintes. Por fim, tratamos da situação linguística brasileira pós-Independência, com ênfase para as línguas indígenas remanescentes, para as línguas da imigração europeia e asiática, que aqui chegaram no século XIX, e para o quadro atual da língua portuguesa no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: Linguística Histórica. Brasil. Multilinguismo. Contato linguístico.

RESUMEN: En este artículo, describimos los quinientos años de historia social-lingüística de Brasil, abordando, comentando y criticando momentos que consideramos cruciales, a lo largo de esa ruta. Así comenzamos por el siglo XVI, con la llegada de los colonizadores portugueses, discutiendo sobre cuestiones tales como la adopción del tupinambá, por su parte, como lengua de contacto inicial, así como sus consecuencias. Entonces, aún en el mismo siglo, nos acercamos a la llegada de los africanos y las consecuencias lingüísticas que este factor demográfico importante traería para el escenario de contacto de lenguas en los siglos siguientes. Finalmente, tratamos la situación lingüística posterior a la independencia de Brasil, con énfasis en los idiomas indígenas remanentes, en los idiomas de la inmigración europea y asiática, que llegaron aquí en el siglo XIX, y en la situación actual de la lengua portuguesa en Brasil.

PALABRAS-CLAVE: Lingüística Histórica. Brasil. Multilingüismo. Contacto lingüístico.

---

<sup>1</sup> Artigo oriundo da Dissertação de Mestrado *Introdução à história das línguas gerais no Brasil: processos distintos de formação no período colonial* (2011), orientada pela Profª. Dra. Tânia Lobo, da UFBA, e com o apoio financeiro da CAPES. A todos, deixo meu agradecimento.

ABSTRACT: In this article, we traced the five hundred years of Brazil's social-linguistic history, commenting and criticizing moments that we considered crucial along the way. Hence, we began in the 16<sup>th</sup> century, with the arrival of the Portuguese colonizers, dealing with aspects such as the adoption of *Tupinambá* as the language for the initial contact, together with its consequences. Later in the same century, we approached the arrival of Africans and the linguistic consequences that this important demographic fact would bring to the linguistic contact scene in the following centuries. Finally, we dealt with the Post-Independence Brazilian linguistic situation, emphasizing the remaining indigenous languages, the European and Asiatic immigration languages, which arrived during the 19<sup>th</sup> century, and the current frame of the Portuguese language in Brazil.

KEYWORDS: Historical Linguistics. Brazil. Multilingualism. Linguistic contact.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, propomo-nos, como o próprio título já o indica, a expor uma retrospectiva dos quinhentos anos de história social-linguística do Brasil, tendo como guia o percurso da língua portuguesa que começou a ser traçado, em nosso País, com o início da colonização lusitana.

Desse modo, quanto ao desenvolvimento do texto, dividimo-lo em diferentes partes que abordam os fatos que consideramos relevantes e imprescindíveis, distribuídos em sua ordem cronológica e histórica, da seguinte maneira: 2. *A interlíngua da costa e sua adoção pelos portugueses*; 3. *Uma muito breve informação sobre as três línguas gerais brasileiras*; 4. *Os africanos começam a ser trazidos para o Brasil*; 4.1. *Influências exógenas na estrutura do Português Brasileiro*; 5. *A situação linguística atual do Brasil*; 5.1. *O atual quadro de línguas indígenas no Brasil*; 5.2. *Línguas europeias e asiáticas que passaram a compor o cenário linguístico brasileiro a partir do século XIX*; e 5.3. *O atual quadro da língua portuguesa no Brasil*.

Por fim, nas Considerações Finais, fazemos uma breve síntese do artigo como um todo, com o objetivo de que fatos, análises e críticas expostos não fiquem esparsos na mente do leitor.

## 2 A INTERLÍNGUA DA COSTA E SUA ADOÇÃO PELOS PORTUGUESES

Para começar, é importante frisar que seguiremos, aqui, a generalização de Métraux (1946), em que adota a denominação *tupinambá* para todas as tribos da costa, estendendo-a, porém, à principal língua falada por essas tribos, que, de acordo com os testemunhos de Anchieta (1595) e de Cardim (2009 [1583-1601]), era especificamente uma – fosse L1, fosse L2 –, sendo a que os portugueses adquiriram para romper a barreira inicial de comunicação com os tupinambás. Por essa razão, ao nos referirmos a essa língua, utilizaremos também o termo *tupinambá*, como, aliás, Rodrigues (1986) o fez em período anterior, embora a tenha abandonado posteriormente (1996).

Entretanto, como já está subentendido, não era a única língua falada na costa do Brasil. Se, atualmente, após um processo tão acentuado de glotocídio – tendo sido o número de línguas indígenas do Brasil reduzido de 1.175, segundo o cálculo de Rodrigues (2006), para cerca de 180 línguas, faladas atualmente por cerca de 270 mil índios –, a família linguística tupi-guarani ainda possui 21 línguas sendo faladas, não é factível pensar em apenas uma língua para toda a costa no momento da chegada dos portugueses, mesmo que fosse a língua de maior amplitude funcional.

Houaiss (1985), por sua vez, calcula que, no território correspondente ao atual Brasil, o número de índios atingisse os 8 a 9 milhões. Restringindo essas estimativas à costa, temos o cálculo, feito por Darcy Ribeiro (2004 [1995]), que gira em torno de 1 milhão de tupinambás que nela se localizavam. Nesse sentido, o *tupinambá* – língua materna das tribos desta mesma etnia e de etnias afins – deveria funcionar como a interlíngua da costa, em meio a outras línguas aparentadas da família tupi-guarani. (SILVA NETO, 1986 [1950]).

Desse modo, considerando-se o imenso contingente indígena com o qual os portugueses – em número infinitamente menor – se depararam na primeira metade do século XVI, tornava-se uma tarefa inviável tentar impor aos tupinambás – em número infinitamente maior – a língua portuguesa, completamente estranha aos nativos e às próprias necessidades de inteligibilidade que as novas terras descobertas – com fauna, flora e cultura muito diferentes da europeia – demandavam.

Silva Neto (1986 [1950]), outrossim, acrescenta mais uma explicação plausível – a ser combinada com a anterior – para ter prevalecido, nos primórdios da colonização do Brasil, o uso da língua tupinambá, tendo como base o livro *Raízes do Brasil*, de Buarque de Holanda. Trata-se do fato de a dominação portuguesa, inicialmente, ter sido realizada preponderantemente por homens. Isto porque esses homens portugueses passaram a manter relações sexuais com as índias brasileiras, dando origem a filhos mamelucos. Como as mães índias falavam tupinambá, seus filhos, naturalmente, adquiriam a língua das mães como primeira língua e, na maioria das vezes, como a única, pois era com a família das índias que conviviam socialmente, já que a dos pais encontrava-se na outra margem do Atlântico (SILVA NETO, 1986 [1950]).

À medida, entretanto, que a colonização portuguesa, no Brasil, seguia seu rumo, algumas ações, levadas a termo pelos donatários de capitanias e governadores-gerais, provocaram mudanças no cenário que impedia a difusão do português, facilitando seu processo de implementação paulatina no território brasileiro. Temos, à guisa de exemplo, ações como a do governador-geral Mem de Sá, que, em 1557, eliminou mais de 130 aldeias dos tupinambás do Recôncavo Baiano; ações como a que dizimou os tupinambás das capitanias de Ilhéus e de Porto Seguro (informações que encontramos, entretanto, nas cartas XIV e XV, de Vilhena (1969 [1798-1799]), e em documentos transcritos por Mott (2010), em artigo riquíssimo sobre o sul da Bahia, levantam sérias dúvidas sobre a intensidade dessa dizimação); e ações, na capitania de Pernambuco, como a de seu donatário, Duarte Coelho, que dizimaram os índios ao longo de 300km de costa.

Outro fator interessante no que concerne ao cenário linguístico dos primeiros dois séculos da colonização europeia no Brasil diz respeito a outras línguas, também europeias, que foram utilizadas aqui, embora sem deixar maiores influências. Assim, nos séculos XVI e XVII, foram falados em território brasileiro o castelhano, o italiano, o inglês, o francês e o holandês. Mas, a influência deixada por essas línguas, como já foi dito, não se caracterizou como algo significativo. As feitorias francesas, por exemplo, mesmo as da França Antártica, no Rio de Janeiro (1555-1567), e da França Equinocial, no Maranhão (1612-1615), ao que tudo indica, deixaram vestígios apenas na toponímia local.

O holandês, por seu turno, deixou maiores marcas no Nordeste. Não na Bahia, onde, em 1624, os holandeses, depois de duas tentativas fracassadas, conseguiram dominar Salvador durante um ano. Mas, sim, em Pernambuco, na Paraíba e no Rio Grande do Norte, porque maior foi também a duração de sua ocupação nessas regiões, nas quais se deu a principal invasão holandesa no Brasil, estendendo-se de 1630 a 1653 (FERNANDES, 2015). Nesses locais, houve tempo e situação sociolinguística que propiciaram o contato entre holandeses e portugueses, possibilitando que as influências do holandês não se limitassem apenas à toponímia, mas se estendessem, para além dos nomes de lugares, à antroponímia e ao vocabulário coloquial do português daquelas regiões.

Já os espanhóis, desde o início da colonização do Brasil, tinham sob seu domínio as regiões que hoje compõem o Sul do Brasil, o que vale dizer, os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Outrossim, participaram dos primeiros momentos da colonização em outras regiões, tanto como colonos quanto como missionários (como foi o caso do padre espanhol Anchieta). Isso se devia, provavelmente, ao fato de que o critério preponderante adotado pelos portugueses, para que colonos entrassem no Brasil, não era o de sua nacionalidade, mas sim, o fato de serem católicos ou não (FREYRE, 2002). Dessa maneira, a língua espanhola “[...] foi tão familiar no primeiro século de colonização, que vários autos representados em São Vicente, em Niterói, em Vitória ou em Salvador, foram escritos por Anchieta em parte ou inteiramente em espanhol”. (RODRIGUES, 2006, p. 147).

Ainda assim, nenhuma dessas línguas europeias veio a se tornar um veículo de comunicação de importância no período colonial.

### 3 UMA MUITO BREVE INFORMAÇÃO SOBRE AS TRÊS LÍNGUAS GERAIS BRASILEIRAS

Atualmente, tem-se conhecimento de três línguas gerais, delineadas em contextos sociolinguísticos diferentes. As duas primeiras – a língua geral de São Paulo e a língua geral do sul da Bahia –, como resultado do bilinguismo tupinambá L1/português L2, sem *language shift*, cuja expansão se deu na boca de mamelucos, principalmente a partir do século XVII, e cujo tempo de vida se esgotou ainda no século XIX (RODRIGUES, 1996; ARGOLO NOBRE, 2011, cf. nota 1).

A terceira – a língua geral da Amazônia, atual *nheengatu* –, como resultado do processo de pidginização, seguido de crioulização do tupinambá, com *language shift*, durante o século XVII, no Estado do Maranhão e Grão-Pará, cuja expansão se deu na boca dos tapuias amazônicos e cujo tempo de vida ainda está longe de se esgotar na referida região.

### 4 OS AFRICANOS COMEÇAM A SER TRAZIDOS PARA O BRASIL

Não é possível saber exatamente quantas línguas africanas chegaram ao Brasil a partir de 1549, com a implantação do primeiro governo-geral, por Tomé de Souza, até o final do tráfico intercontinental de escravos, em 1850, com a promulgação da Lei Eusébio de Queirós.

Porém, além da estimativa de Petter (2006), de que de 200 a 300 línguas africanas aportaram aqui, fontes – em número reduzido, mas de grande valor – permitem saber quais foram algumas destas línguas. É o caso de um documento do século XVIII, intitulado de *Obra Nova da Língua Geral de Minna*, escrito entre 1731 e 1741 por Antônio da Costa Peixoto.

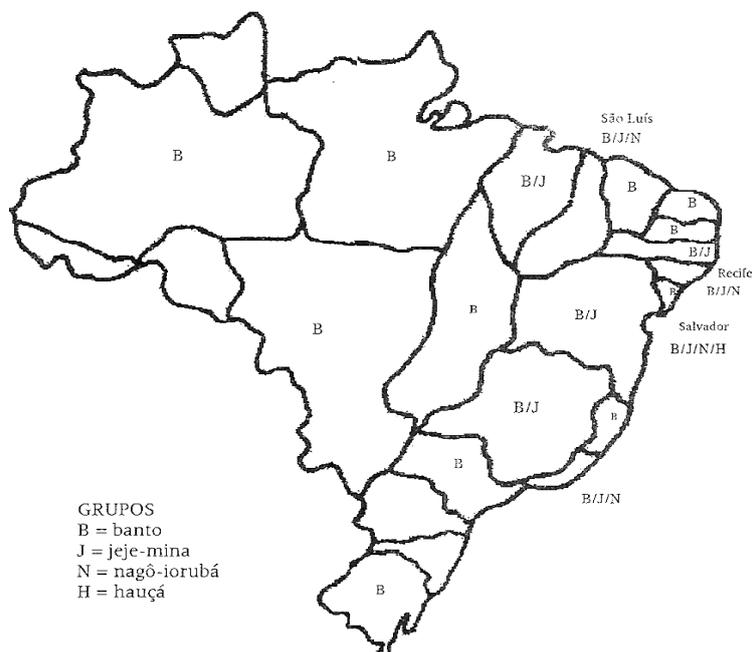
Este documento é reflexo de uma situação linguística peculiar, observada no então “quadrilátero mineiro”, composto por Vila Rica, Vila do Carmo, Sabará e Rio dos Montes, no qual se chegou a concentrar 100 mil escravos, que foram renovados durante cerca de 50 anos. Originários da costa de Mina, situada entre Gana e Nigéria, essa língua geral africana, falada em Minas Gerais, seria o resultado do contato das línguas dos escravos vindos daquela região da África. É considerado um dos documentos mais importantes sobre línguas africanas no Brasil, devido ao fato de testemunhar a existência de uma língua africana designada como *língua geral*, designação esta que lhe foi dada, segundo Petter (2006), por provável analogia às línguas gerais de origem indígena.

Em 1890, ainda de acordo com Petter (2006), em Salvador, o médico e antropólogo Nina Rodrigues inicia seus estudos de antropologia afro-brasileira. Apesar de admitir não ter preparo para realizar um estudo linguístico, ainda assim teve sensibilidade suficiente para elaborar questões que são importantes para o estudo das línguas africanas em todo o Brasil: 1. “Quais foram as línguas africanas faladas no Brasil?”; 2. “Que influências elas exerceram sobre o português do Brasil?”.

Assim, com relação à primeira pergunta, Nina Rodrigues começou a contribuir para sua resposta no momento em que coletou amostras de 122 palavras de 5 línguas africanas diferentes, que eram faladas em Salvador: grunche, jeje, hauçá, canúri e tapa. No que diz respeito ao iorubá, afirma que era a língua mais falada na Bahia, tanto pelos velhos africanos quanto pelos crioulos (escravos nascidos no Brasil) e mestiços.

Mas, é Pessoa de Castro (2001) quem irá nos apresentar um mapa objetivo e esclarecedor, no qual aponta, em cada estado do Brasil, qual ou quais línguas africanas foram faladas, logo em seguida apresentando um quadro no qual organiza as ocorrências dessas línguas – em um eixo vertical – de acordo com as atividades econômicas para as quais os africanos eram forçosamente recrutados, e distribuindo-as – em um eixo horizontal – ao longo dos séculos da colonização do Brasil. Vejamos o mapa e o quadro:

## ESBOÇO DE MAPA ETNOLÓGICO AFRICANO NO BRASIL



atividade principal	século de introdução maciça			
	XVI	XVII	XVIII	XIX
agricultura	B	B/J	B/J/N	B/J/N
mineração			B/J	
serviços urbanos				B/J/N/H

**Imagem 1:** Esboço de mapa etnológico africano no Brasil

Fonte: Pessoa de Castro (2001, p. 47)

Dessa maneira, de acordo com as informações do mapa, as línguas do grupo banto predominaram entre as línguas africanas que aportaram no Brasil. Detalhem as informações:

- Nos estados do Amazonas, Pará, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Mato Grosso (do Norte e do Sul), na região que corresponde aos estados de Goiás e Tocantins, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul, foram as línguas do grupo banto as únicas línguas africanas faladas;
- Nos estados do Maranhão, Pernambuco, Bahia (de forma geral) e Minas Gerais, além das línguas do grupo banto, também foram faladas línguas do grupo jeje-mina;
- No estado do Rio de Janeiro, foram faladas, além das línguas do grupo banto, as línguas dos grupos jeje-mina e nagô-iorubá;
- De maneira restrita, nas capitais São Luís, do Maranhão, e Recife, de Pernambuco, foram faladas línguas dos grupos banto, jeje-mina e nagô-iorubá. Já na capital Salvador, da Bahia, foram faladas línguas dos quatro grupos indicados por Pessoa de Castro: banto, jeje-mina, nagô-iorubá e hauçá, tendo sido Salvador a cidade do Brasil mais plurilíngue em línguas africanas.

Com relação ao grupo de línguas banto, como pudemos notar no mapa acima, além do grande número de estados em que esteve presente isoladamente, também esteve presente em todos os demais, seja em companhia do grupo de línguas jeje-mina, seja em companhia dos grupos de línguas jeje-mina e nagô-iorubá, seja em companhia dos grupos de línguas jeje-mina, nagô-iorubá e hauçá. Enfim, as línguas do grupo banto estiveram presentes em todas as regiões que compõem o território atual do Brasil, com poucas exceções.

Analisando, agora, o quadro onde há o cruzamento entre as atividades econômicas, os séculos em que predominaram e os grupos de línguas utilizados em cada uma dessas atividades e cada um desses séculos, temos que a agricultura foi a atividade econômica que mais acolheu línguas africanas durante todos os séculos da colonização. Assim, os negros que foram trazidos para trabalhar nessa atividade falaram, no século XVI: línguas do grupo banto; no século XVII: línguas dos grupos banto e jeje-mina; no século XVIII: línguas dos grupos banto, jeje-mina e nagô-iorubá; e no século XIX: línguas também dos grupos banto, jeje-mina e nagô-iorubá.

Já a mineração só assume grande importância durante o século XVIII, tendo sido transportados para a região mineradora negros falantes de línguas dos grupos banto e jeje-mina.

Quanto ao contexto das cidades, Pessoa de Castro (2001) só nos apresenta dados relativos ao século XIX, afirmando que os negros utilizados nos serviços urbanos falavam línguas dos grupos banto, jeje-mina, nagô-iorubá e hauçá.

Sobre o português falado pelos negros no Brasil, voltando a Petter (2006), esta afirma que os registros a esse respeito só são encontrados a partir do século XIX. Assim, “[...] sobre os primeiros séculos de colonização não se localizou ainda nenhum registro”, estando disponíveis apenas registros que viajantes deixaram sobre o português falado pelos negros.

Porém, Oliveira (2006), em sua tese de doutorado, intitulada *Negros e escrita no Brasil do século XIX: sócio-história, edição filológica de documentos e estudo linguístico*, torna pública a existência não só de documentos que fazem registro sobre o português escrito por negros no século XIX, como de documentos escritos por esses negros, atestando, assim, não apenas o fato de que, no século XIX, o português era falado por africanos e afrodescendentes, como, também, escrito. Oliveira (2006) editou, dentre outros, quatorze documentos escritos por escravizados (treze cartas e uma procuração) e cinquenta e cinco atas, escritas por negros africanos libertos da Sociedade Protetora dos Desvalidos, localizada em Salvador-BA.

De 1831 em diante começa a ser registrado, pela imprensa e pela literatura, o português falado por negros, apelidado de “xacoco”. Esse material literário, além de outras fontes escritas, vem sendo analisado, nos dias atuais, por Alkmim. Porém, a referida pesquisadora faz a ressalva de que “[...] esses dados, no caso da obra literária, devam ser considerados também como criação artística e, no caso dos periódicos, devam ser analisados dentro do quadro dos estereótipos” (ALKMIM, 1999 apud PETTER, 2006, p. 130).

Dessa maneira, os documentos encontrados, relativos ao século XIX, e aos quais nos referimos, permitem a constatação de que, principalmente em Salvador, havia um plurilinguismo africano. Além disso, permitem-nos constatar a existência de um português peculiar aos escravizados (PETTER, 2006).

A partir de 1930, o foco dos estudos linguísticos sobre as línguas africanas muda: as atenções são deslocadas das línguas africanas em si para as situações de contato nas quais essas línguas estiveram envolvidas, durante mais de três séculos, com a língua portuguesa, no intuito de ressaltar e explicar a identidade nacional do português falado no Brasil (PETTER, 2006).

Os estudos sobre a influência de línguas africanas aqui são inaugurados, de forma sistemática, pelos trabalhos *A influência africana no português do Brasil*, de Mendonça, e *O elemento afro-negro na língua portuguesa*, de Raimundo, ambos publicados em 1933. Nesses trabalhos, seus autores procuram identificar a origem dos negros africanos transplantados para o Brasil, além de apontar algumas influências africanas no Português Brasileiro (doravante, PB). Dessa maneira, tanto Mendonça (1933) quanto Raimundo (1933) concluem que a maior parte dos aspectos que caracterizam o PB é resultado do contato com as línguas africanas, principalmente o iorubá e o quimbundo.

Outras duas obras tratam dessa influência. A primeira, de 1946, é intitulada *A língua do Brasil*, escrita por Chaves de Melo; a segunda, de 1950, é intitulada *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, escrita por Silva Neto. Ambos os autores empreenderam uma análise interna do PB. E não nos esqueçamos de João Ribeiro, destacado e citado por Freyre (2002, p. 437), que afirmou ter havido, no português do Brasil, alterações “[...] bastante profundas não só no que diz respeito ao vocabulário, mas até ao sistema gramatical do idioma [...]”. Ressalte-se que, no mencionado nível vocabular, é atribuída maior importância à influência do tupinambá, principalmente na fauna, na flora e na toponímia.

Entretanto, o trabalho (hoje também de valor documental) que talvez possa ser considerado o mais importante registro de uma língua africana no Brasil chama-se *Arte da língua de Angola*, publicado em 1697. Seu autor, Pedro Dias, era jesuíta, jurista e médico. Esse documento é uma gramática do quimbundo, falado em Salvador por escravizados angolanos, que foram estimados pelo padre Antônio Vieira em 23 mil indivíduos. O objetivo dessa gramática era facilitar, para os jesuítas, o aprendizado do quimbundo, pois isso era necessário para a catequese dos negros falantes dessa língua. “Esse documento revela que, no século XVII, na Bahia, onde se concentrava a maior população negra da época, era africana a língua que utilizavam os negros escravos” (PETTER, 2006, p. 127). Inclusive, a data de escrita da gramática, 1694, reforça a hipótese de que, no Quilombo de Palmares, destruído em 1695, poderia ter sido o quimbundo a língua corrente. Ainda assim, não é o registro mais antigo de que línguas africanas foram faladas nesse estado.

Consoante à política de adquirir a língua dos povos que desejavam doutrinar e dominar, os jesuítas escreveram gramáticas nas línguas dos catecúmenos em potencial, assim como catecismos, no intuito de – depois de alfabetizá-los dentro de um sistema de escrita criado por eles próprios – iniciarem-nos na doutrina cristã. No que se refere à iniciação dos povos subjugados na doutrina cristã, utilizavam-se dos catecismos. Já as gramáticas, que elaboravam nas línguas dos que desejavam converter à “verdadeira fé”, eram destinadas principalmente aos próprios membros da Ordem, que as utilizavam para aprender as referidas línguas, descritas e enquadradas na tradição gramatical latina. Esse é, provavelmente, o caso da gramática do quimbundo à qual se refere Petter (2006).

Entretanto, no que concerne à utilização de línguas africanas na elaboração de catecismos jesuítas, Martins Terra (1988 apud CASIMIRO, 2008) dá-nos notícia de sua existência desde 1580, no século XVI. Esse catecismo foi escrito num contexto em que, segundo Casimiro (2008), escravizados iniciados na Ordem, no Brasil, realizavam intercâmbio com escravizados iniciados na Ordem em Angola. Dessa maneira, alguns estudantes negros do Colégio de Luanda aportaram em terras brasileiras, no intuito de trabalhar nas missões daqui. Teriam sido esses missionários adventícios os responsáveis pela *Arte da língua de Angola*, editada em Lisboa, em 1697, e escrita por Pedro Dias – à qual Petter (2006) se refere –, pelo *Catecismo na língua dos Ardas* – cuja data exata Martins Terra não oferece, mas deixa implícito ser da mesma época da *Arte da língua de Angola* –, escrito por Manuel de Lima e, finalmente, pela tradução, para uma língua africana não especificada por Martins Terra, da *Doutrina Cristã*, levada a termo por Baltazar Fernandes no ano de 1580, o que vale dizer, 117 anos antes da edição da *Arte da língua de Angola*, de Pedro Dias.

Algumas línguas africanas, que chegaram ao Brasil há quase 500 anos, sobrevivem como um modo de falar peculiar a uma faixa etária ou a grupos de pessoas que se dedicam a determinadas atividades. Essas línguas não são mais plenas sintaticamente, mas o resultado de um longo contato com a língua portuguesa, dependendo atualmente de sua sintaxe. Suas principais funções são: utilização em rituais religiosos e utilização como língua “secreta”, com fins lúdicos. Podem ser identificadas em comunidades rurais negras, compostas por descendentes de escravos, a exemplo de Cafundó-SP e Tabatinga-MG.

A religião candomblé, seja no Brasil, seja na África, utiliza como línguas o iorubá, que é a principal delas, por estar presente em todos os candomblés, o eve-fon, o quimbundo, o quicongo e uma mistura de línguas mina-nagô (PETTER, 2006). No que concerne à utilização de línguas africanas no candomblé, é válido ressaltar a observação feita por Pessoa de Castro (2001, 2006) no que diz respeito ao “continuismo metodológico”, sobre o qual tece críticas, afirmando que a ênfase dada ao estudo de línguas africanas em terreiros de candomblé, principalmente naqueles estudados por Nina Rodrigues, acabou por levar estudiosos internacionalmente renomados, como Roger Bastide e Pierre Verger, a atribuírem ao iorubá méritos que, na verdade, pertencem a outras línguas africanas.

#### 4.1 INFLUÊNCIAS EXÓGENAS NA ESTRUTURA DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Considerando-se que, para haver as mencionadas influências exógenas, temos, necessariamente, de ter em conta a prévia difusão da língua portuguesa sobre nosso território, exporemos, rapidamente, como se deu tal difusão, utilizando-nos de dois caminhos que consideramos válidos e complementares para que tenha ocorrido:

a) Trata-se da difusão *espontânea* do português, majoritariamente em sua variedade popular, falado por africanos e afrodescendentes, deslocados ao longo de vastas regiões do território nacional, de acordo com a necessidade de mão de obra que se apresentava em regiões distintas, atrelada aos interesses dos diversos ciclos econômicos que caracterizaram o Brasil-Colônia, a saber: da cana-de-açúcar (séculos XVI e XVII, no Nordeste e parte do Sudeste), do ouro e diamantes (séculos XVII e XVIII, em Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás) e do café (século XIX, no Sudeste). (MATTOS E SILVA, 2004). Ressaltemos, contudo, que índios e mamelucos, nativos das regiões onde floresceram esses ciclos econômicos, também foram difusores espontâneos do português como segunda língua, em situação de bilinguismo com suas línguas autóctones pré-coloniais e com as línguas gerais.

b) Trata-se da difusão *planejada* do português, majoritariamente em sua variedade escolarizada, que se tentou levar a termo, principalmente através das medidas previstas no Diretório Pombalino de 1757-1758, traduzidas, dentre outras, na elevação de grande quantidade de aldeias a vilas, para as quais foram nomeados diretores de índios, que deveriam administrá-las e impor, nelas, o uso da língua portuguesa sobre as línguas locais, através da fundação de escolas (RODRIGUES, 2006). Embora este caminho tenha sido o que menos surtiu efeito na difusão da língua portuguesa no Brasil, ainda assim não se pode deixar de tê-lo em conta, desde que como complementar ao primeiro, exposto anteriormente.

No que concerne às consequências do contato linguístico na estrutura do português do Brasil – objeto deste subitem –, deter-nos-emos em algumas considerações, feitas por Lucchesi (1998, 2012), sobre como o PB assumiu sua atual feição polarizada – dividido em um polo popular e um polo culto –, utilizando-se da distinção prévia entre norma culta e norma padrão que, juntamente com Lobo (1988), ajudou a desenvolver, racionalizando conhecimentos hauridos de experiências anteriores, como a do projeto NURC, coordenado por Castilho na década de 1970.

Dessa maneira, Lucchesi e Lobo (1988) propõem, com bastante clareza, a distinção entre norma culta e norma padrão, definindo a norma culta como os padrões de fala observados nas classes sociais mais escolarizadas da população brasileira e a norma padrão como os padrões linguísticos cristalizados nas gramáticas tradicionais. Essa distinção é justificada pela discrepância constatada entre os modelos tradicionais que a escola procura transmitir e os modelos que, de fato, são utilizados pelos segmentos mais escolarizados da sociedade, e teria sido desencadeada pela postura nacionalista que ganhou feições nítidas no Brasil durante o Romantismo pós-Independência, a partir de 1822, e concretizada cem anos depois, durante a Semana de Arte Moderna de São Paulo, ao refletir-se sobre os padrões culturais e linguísticos dos brasileiros escolarizados.

A norma culta e a norma padrão, por sua vez, estariam em oposição à norma popular, utilizada pelos segmentos menos favorecidos, em termos socioeconômicos, da sociedade brasileira.

Deixando a norma padrão à parte (já que deixou de participar, em toda sua amplitude, da realidade social brasileira), Lucchesi (1998) afirma que, ao compreendermos o processo sócio-histórico de formação da norma popular e da norma culta do PB, passamos a fazer uso de um instrumento de grande valia para a compreensão de sua realidade linguística atual.

Dessa maneira, no intuito de delinear tal realidade, localiza, em um polo da comunidade de falantes do PB – situado principalmente nas cidades costeiras –, a norma culta, “[...] onde se pode observar uma determinada direção de mudança, para a qual concorrem os juízos de valor que os seus membros exibem sobre as formas de expressão concorrentes, que caracterizam as suas variáveis linguísticas” (LUCCHESI, 1998, p. 74), a exemplo da tendência à variação estável, em altos níveis, da aplicação da regra de concordância verbal, na 3ª pessoa do plural, constatada em análise no tempo aparente, considerando idosos, adultos e jovens com, respectivamente, 98%, 93% e, outra vez, 93% de aplicação da referida regra (LUCCHESI, 1998, 2012).

Já no outro polo – situado principalmente na zona rural interior –, localiza a norma popular, “[...] onde se verificam significativos processos de mudança em curso, que, em muitos casos, exibem uma direção oposta à observada na norma culta”. Tais processos “[...] remetem para um cenário anterior de drásticas alterações que se perpetraram na gramática dos segmentos populares ao longo da formação linguística do Brasil [...]”, pois “[...] as condições de trabalho escravo nos engenhos de cana de açúcar, nas zonas de mineração e nas lavouras cafeeiras, sucessivamente nos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX, desenvolveram situações típicas de pidginização e criouliização [...]” (LUCCHESI, 1998, p. 74-78) ou situações que se enquadram no cenário mais amplo da transmissão linguística irregular.

Nessas situações, se a proporção demográfica da comunidade linguística for de, no mínimo, 10 dominados, falantes de línguas ininteligíveis entre si, para 1 dominador, falante da língua-alvo, temos o condicionamento necessário para a pidginização e criouliização desta última entre os membros da população dominada – o que envolve necessariamente a erosão e a posterior recomposição gramatical original de sua gramática, dando origem a uma nova língua. Porém, se a proporção for menor do que 10 para 1, temos o condicionamento que resultará, apenas, na formação de uma nova variedade da língua-alvo. Em ambos os casos, a transmissão linguística irregular atinge, de maneira mais imediata, os morfemas número-pessoais dos verbos e os morfemas responsáveis pela concordância de número e gênero no sintagma nominal, seja eliminando-os, nos casos mais extremos, seja provocando uma ampla variação em sua aplicação, nos casos mais leves – nestes últimos, o morfema de gênero geralmente é preservado. Porém, se a comunidade de fala dominada, posteriormente à transmissão linguística irregular, passa a ter mais acesso à língua-alvo, as marcas da prévia aquisição precária tendem a perder-se, dando lugar à aquisição de seus mecanismos morfossintáticos, por ser a língua de maior prestígio social (LUCCHESI, 2012).

Por exemplo, considerada a mesma análise no tempo aparente, cujos resultados expusemos anteriormente, Lucchesi (2012) constata que, entre os falantes da norma popular, em vez de tendência à variação estável na aplicação da regra de concordância verbal na 3ª pessoa do plural, manifestam-se percentuais sensível e progressivamente maiores na aplicação da referida regra, à medida que se compara o percentual de aplicação dos falantes idosos com os dos adultos e jovens, nos níveis de, respectivamente, 10%, 14% e 22%, num quadro característico de mudança em progresso, no sentido de aquisição da regra.

Além disso, em comunidades rurais afro-brasileiras isoladas, como Helvécia-BA, além das características presentes na norma popular do Brasil como um todo, como a já mencionada variação na aplicação da regra de concordância verbal na 3ª pessoa do plural, temos um quadro de variação na concordância verbal que atinge, também, a 1ª pessoa do singular e, no âmbito do sintagma nominal, uma variação que atinge a aplicação da regra de concordância de gênero entre o determinante e o núcleo. Tanto a variação na concordância verbal na 1ª pessoa do singular quanto a variação na concordância nominal de gênero são absolutamente incomuns no restante do Brasil – a não ser em outras poucas comunidades afro-brasileiras isoladas, que tiveram um processo sócio-histórico de formação semelhante ao de Helvécia-BA, e em casos recentes do século XX, como o dos índios do Alto Xingu, como se verá adiante.

Tais fatores, comprovados por pesquisas empíricas e reforçados por dados sócio-históricos, levam a crer que, em Helvécia-BA, o cenário de transmissão linguística irregular do português à população escravizada do local foi ainda mais acentuado do que no geral do Brasil (sempre no âmbito da norma popular). Um dado importante, nesse sentido, é o da proporção demográfica entre dominados e dominadores que, no caso de Helvécia-BA, foi, respectivamente, de 10 para 1 – como vimos, proporção de referência para o desencadeamento de processos de pidginização e criouliização –, enquanto, no geral do Brasil, tal proporção foi, respectivamente, de 10 para 3 – inibindo, conseqüentemente, processos de pidginização e criouliização, mas sendo o suficiente para possibilitar o surgimento de uma nova variedade da língua-alvo, ou seja, a norma popular do PB.

4.1.1 Outro ponto importante de suas considerações repousa na afirmação de que a compreensão da natureza dos processos de mudança que podemos observar no português popular também contribui para a compreensão das mudanças ocorridas na norma culta, contribuindo, assim, para a caracterização do PB como um todo.

Isto porque o êxodo rural – fenômeno social que atingiu fortemente o Brasil na primeira metade do século XX – provocou a inversão das características demográficas do país, tornando eminentemente urbano – e ainda mais estratificado socialmente – um território

que, no período colonial, era eminentemente rural, fazendo com que o português popular, falado nas camadas mais baixas da população brasileira, passasse a interagir de perto com o português culto, falado nas camadas mais altas dessa mesma população, através, por exemplo, das relações de trabalho que implicam no contato intenso e duradouro entre pessoas provenientes dessas duas classes sociais, como as relações entre trabalhadores domésticos – em muitos casos, analfabetos ou semianalfabetos que migraram do campo para a cidade – e patrões – geralmente com alto grau de escolarização e nascidos nas cidades.

Além disso, Lucchesi (1998, 2012) utiliza-se de dados demográficos relativos aos já citados imigrantes europeus – incluindo, porém, os asiáticos – que, em número de mais de três milhões, chegaram ao Brasil entre o final do século XIX e início do século XX.

Tendo ingressado na base da pirâmide social brasileira, atuando em trabalhos braçais no campo, e adquirido o PB na sua variedade popular, esses imigrantes, devido a uma forte tradição de escolarização que, em alguns casos, possuíam desde seus países de origem, rapidamente ascenderam na pirâmide social, levando consigo algumas das estruturas do português popular. Dessa maneira, ao ingressarem nas camadas média e alta da população brasileira, permitiram, através das portas que abriram, o ingresso do português popular nestas mesmas camadas sociais, falantes do português culto, acentuando a interação normativa e contribuindo ainda mais para o distanciamento entre a norma culta do português do Brasil e a norma padrão lusitana.

Teyssier (2007), entretanto, discorda de que a principal causa das mudanças que caracterizaram o português popular – e atingindo, através dele, o culto, ajudando a caracterizar o PB contemporâneo como um todo – tenha sido o contato com as línguas africanas, ao afirmar que as características do PB refletem, na verdade, influências do substrato africano, que precipitaram a deriva já latente na língua de origem lusa.

Mas, é dos linguistas Naro e Scherre (2003) que, atualmente, vem a maior oposição à influência que Lucchesi e Baxter atribuem às línguas africanas, como principais responsáveis pelas atuais características do PB, principalmente no que se refere a sua norma popular.

Assim, os autores procuram demonstrar que as características apontadas como resultado da transmissão linguística irregular do português em terras brasileiras – como o amplo quadro de variação na concordância de número e, em menor monta, de gênero na norma popular –, na verdade, já existiam no Português Europeu (doravante, PE) mesmo antes de sua chegada ao Brasil e, paralelamente, nos dias atuais, continuam a ocorrer em território lusitano.

Para isso, utilizam exemplos escritos do PE anterior ao século XVI (quando os portugueses iniciam a colonização da América do Sul), presentes nos textos *Vida e Feitos de Júlio César*, *Os Diálogos de São Gregório* e *A Demanda do Santo Graal*, e do PE escrito contemporâneo, presentes no jornal *Correio da Manhã* – o que deixa entrever uma variação ainda maior na fala –, nos quais temos exemplos da não-realização da concordância verbal de número. Com relação à concordância de gênero do PE, citam exemplos, já na língua falada, retirados de Mira (1954) e Ratinho (1959) (NARO; SCHERRE, 2003).

Sobre as consequências dessa perda de morfologia, apontada por Lucchesi (s/d), como o aumento da realização do sujeito pronominal para compensar o amplo quadro de variação no uso das desinências número-pessoais dos verbos na norma popular do Brasil – e que seria um indício da transmissão linguística irregular, pois a realização do sujeito pronominal, ao contrário do que afirmam Naro e Scherre, é uma característica das línguas crioulas –, estes autores argumentam em sentido oposto, pois, segundo dados obtidos por eles, na fala de 17 analfabetos do Rio de Janeiro, houve uma maior ocorrência de sujeito pronominal justamente nas situações em que os verbos apresentaram a morfologia de plural: 59% de “*eles falaram*” contra 53% de “*eles falou*”. (cf. NARO; SCHERRE, 2003).

Baseados, então, nos resultados expostos, Naro e Scherre (2003) concluíram que *marcas levam a marcas e zeros levam a zeros*, pois o percentual de realização do sujeito pronominal foi maior nos casos onde havia a marca de plural no verbo com o qual esse sujeito realizou a concordância, enquanto foi menor o percentual de realização do sujeito pronominal nos casos onde não havia marca de plural no verbo (ausência de marca de plural = zero) com o qual o sujeito estava em concordância.

Assim, tendo como esteio de argumentação a ocorrência da variação de concordância de número e gênero – entre verbo e sujeito, entre elementos do SN e entre predicativo e sujeito – também no PE, antes do século XVI e mesmo nos dias atuais, e o alegado fato de que a tendência à realização do sujeito pronominal não teria qualquer relação com a perda de morfologia verbal, devido à transmissão linguística irregular do português no período colonial, Naro e Scherre (2003) afirmam que as características atuais da norma popular do PB, na verdade, já estariam presentes no sistema da língua desde sempre, e que, aqui no Brasil, o processo de transmissão linguística irregular apenas teria intensificado essas características já inerentes ao sistema da língua portuguesa, que “navegaram” pela sua estrutura, sem direção definida, ao longo dos séculos, como um “barco à deriva”, daí a analogia feita ao se denominar esse processo.

A argumentação dos autores, apesar de muito bem formulada, esbarra, entretanto, no fenômeno linguístico da alternância dativa, relativo à complementação dos verbos transitivos diretos e indiretos, observado na variedade popular do português, falado pelos membros mais antigos da comunidade afro-brasileira de Helvécia-BA. Esse tipo de estrutura caracteriza-se pela ordem V + OI + OD, com a eliminação da preposição antes do objeto indireto, em contraste com a estrutura categórica da língua portuguesa, caracterizada pela ordem V + OD + OI, e “[...] não é atestada em nenhum estágio pretérito da evolução do português [...]”, configurando-se em um exemplo de reestruturação original da gramática, que encontra paralelos com os crioulos da Guiné-Bissau e de São Tomé e Príncipe (LUCCHESI, 1998, p. 91-92; LUCCHESI, 2003, p. 281).

Ainda na dialética entre as duas linhas de raciocínio, que procuram explicar a formação da norma popular do PB (e, de maneira indireta, as características do PB como um todo, em contraste com o PE), a posição defendida por Lucchesi e Baxter encontra outro importante paralelo no português pidginizado, falado pelos autóctones da Reserva Indígena do Alto Xingu, no estado do Mato Grosso, denominado por Emmerich e Paiva (2009) de *português xinguano*.

Em 1940, o Marechal Rondon, em expedição financiada pela Fundação Brasil Central, denominada de *Roncador-Xingu*, partiu para o desbravamento do interior do Brasil, com duas finalidades: fazer passar por ali as linhas telegráficas brasileiras e estabelecer contato com os índios do Xingu, cuja interação com a sociedade brasileira era muito pequena, quando não inexistente.

Durante a passagem da expedição pela região, os irmãos Orlando, Leonardo e Cláudio Villas-Bôas decidiram, por ali, estabelecer-se, inaugurando o contato sistemático com os povos indígenas do Xingu (no caso de alguns desses povos), e voltando a estabelecer contato com outros (no caso dos povos que, num passado longínquo, já haviam entrado em contato com os jesuítas).

O resultado desse contato estabelecido entre os irmãos Villas-Bôas e os povos kamayurá, aweti (falantes de línguas da família tupi-guarani), waurá, mehinaku, yawalapiti (falantes de línguas da família aruak), kalapalo, kuikuro, matipu (falantes de línguas da família karib) e trumai (língua isolada) foi a formação de um português pidginizado, utilizado na comunicação entre as várias etnias citadas e os irmãos Villas-Bôas (EMMERICH; PAIVA, 2009).

Contudo, com a chegada de pesquisadores naturalistas do Museu Nacional, de médicos da Escola Paulista de Medicina e com a instalação de um destacamento da Força Aérea Brasileira na região, os grupos indígenas ali existentes passaram a ter um maior acesso às estruturas da língua-alvo escolarizada – ou seja, o PB culto e nativo, sem erosão gramatical –, fato que desencadeou um processo que veio a se caracterizar como um *continuum* de diversos níveis de competência do português falado por esses índios, desde o nível pidginizado, surgido no início do contato e utilizado pelos falantes mais velhos, ao nível em que se pode considerar alguns desses índios como bilíngues em sua língua materna e em português, representado pelos índios mais jovens. Assim, devido à maior inserção que esses índios passaram a ter na sociedade brasileira, o português que foi fruto de um processo de pidginização, atualmente, passa por um processo inverso de depidginização. Isto porque, logo após a erosão gramatical, o acesso às estruturas da língua-alvo aumentou, não abrindo espaço para um processo de reestruturação original da gramática, fazendo com que a referida situação de contato entre línguas no Alto Xingu tivesse como resultado não a formação de uma língua qualitativamente distinta do português e das demais línguas indígenas da região, mas, sim, a formação de uma nova variedade do português, de maneira análoga ao que ocorreu nas variedades populares do português faladas em comunidades afro-brasileiras isoladas, descendentes de antigos quilombos, a exemplo da comunidade de Helvécia-BA.

Outrossim, Emmerich (2009, p. 157-161), ao realizar estudos intralinguísticos no *português xinguano*, já em processo de depidginização, constatou fenômenos, frutos do contato, que se assemelham a fenômenos do português de Helvécia-BA, como a “[...] neutralização das desinências de primeira e terceira pessoas do singular” e o fato de que “[...] os elementos situados mais à esquerda do núcleo tendem a receber mais marcas de plural do que os elementos situados à direita do núcleo”.

Podemos notar, ainda, semelhanças entre o *português xinguano* e o português de Helvécia-BA, no próprio fato de haver um *continuum* de competência linguística, tanto numa variedade quanto na outra, e que podem ser percebidas através de um estudo no tempo aparente, que revela um grau de competência morfológica ascendente no uso do português, à medida que vão sendo analisados dados linguísticos em direção a falantes mais jovens.

Emmerich e Paiva (2009, p. 157) inclusive comparam, elas mesmas, a situação do português de contato do Alto Xingu com a variedade do português surgida em Helvécia-BA, ao afirmarem, por fim, que as simplificações verificadas nessas variedades “[...] se aproximam de traços característicos de variedades crioulas do português”.

Dessa maneira, vimos que o *português xinguano*, que passou por um processo recente de pidginização – fato que permitiu sua constatação mais segura, porque nos falantes mais velhos do Xingu ainda se pode constatar *in loco* esse português com características de uma língua pidgin –, apresenta características semelhantes à variedade do português de Helvécia-BA, fato que aponta para a confirmação da hipótese de que, nos casos em que a língua portuguesa entrou em contato com línguas indígenas e africanas, no período colonial, o mesmo processo de pidginização pode ter ocorrido.

Portanto, a nosso ver, negar o papel da transmissão linguística irregular como a principal responsável pelas atuais características estruturais do português popular brasileiro (e, de forma indireta, do PB como um todo) é fechar os olhos para toda uma história marcada pela violenta colonização portuguesa no Brasil, pois esse contexto histórico configurou, justamente, as condições sociolinguísticas apontadas, pela crioulística, como propícias a processos de pidginização e crioulização de uma língua, a exemplo da escravização de povos indígenas, no Estado do Maranhão e Grão-Pará, e, principalmente, da escravização de grandes contingentes africanos, no caso do Estado do Brasil, que eram concentrados nas plantações de cana do início da colonização em verdadeiras aglomerações pluriétnicas e plurilíngues.

## 5 A SITUAÇÃO LINGUÍSTICA ATUAL DO BRASIL

### 5.1 O ATUAL QUADRO DE LÍNGUAS INDÍGENAS NO BRASIL

Uma comparação interessante, feita por Teixeira (2004), no intuito de ressaltar a pluralidade linguística brasileira, diz respeito ao fato de que a Austrália é um território no qual são faladas em torno de 200 línguas, porém quase todas de uma mesma família linguística, diferentemente do Brasil, cujas cerca de 180 línguas autóctones pertencem a 35 famílias linguísticas diferentes.

Essa grande diversificação linguística da América do Sul pode ser atribuída, ainda segundo Teixeira (2004), ao longo período de isolamento pelo qual passaram os grupos que habitavam o continente americano, pois se deduz que o povoamento da América do Sul começou a acontecer há pelo menos 10 mil anos, fato que permitiu que as línguas indígenas, aqui, tivessem, pelo menos, esse longo período para diferenciar-se e multiplicar-se. Assim, graças ao isolamento pelo qual passaram as línguas brasileiras, foi possível, para algumas delas, preservarem características que os linguistas pensavam não existir nas línguas do mundo. É o caso das línguas hixkaryána e nadb, que organizam suas sentenças começando pelo objeto (TEIXEIRA, 2004).

Os quatro maiores grupos de línguas indígenas do Brasil são os troncos tupi e macro-jê, e as famílias aruák e karib. Distribuem-se por grande extensão territorial e são integrados por uma grande quantidade de línguas; há, também, famílias menores, que possuem menor quantidade de línguas e que se distribuem por uma extensão territorial menor; e há as línguas isoladas, assim denominadas por não apresentarem nenhum parentesco com as demais línguas indígenas brasileiras. Desse modo, poderíamos dizer que constituem famílias de um único membro, ou seja, elas próprias (MONTSERRAT, 1994).

O tronco tupi engloba a família tupi-guarani, que, possuidora de um grande número de línguas, estende-se por grande parte da América do Sul. Só no Brasil, são faladas, atualmente, 21 línguas dessa família. Esse tronco também engloba outras famílias menores.

Com relação ao tronco macro-jê, as evidências que podem levar a estabelecer relações de parentesco entre as línguas tidas como suas integrantes não são tão seguras. A família mais importante que esse tronco engloba é a família jê – cujas línguas são faladas desde o sul do Maranhão e do Pará, até o Mato Grosso do Sul, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, que se subdivide em outros quatro grupos: timbira, kayapó, akwén e kaingáng. Quanto à filiação de outras famílias ao tronco macro-jê, este é um tema ainda difuso, pois o máximo que se tem são indícios, até porque a própria constituição do tronco macro-jê ainda é hipotética (MONTSERRAT, 1994).

Entre os quatro maiores grupos de línguas indígenas do Brasil citados anteriormente, temos o karib. Este, contudo, por englobar línguas com grandes semelhanças, é considerado por Rodrigues (1985 apud MONTSERRAT, 1994) como uma família, e não um tronco. As línguas que a integram concentram-se na região das guianas, incluindo a Guiana Francesa, o Suriname, a Guiana (sem qualificador), a Guiana Venezuelana e a Guiana Brasileira. No Brasil, são faladas 21 línguas karib, distribuídas, em sua maioria, pelo norte do rio Amazonas, Amapá, norte do Pará, Roraima e Amazonas. Rodrigues assinala uma possível ligação entre as línguas tupi, jê e karib. “Isso poderia então significar que houve um ancestral remoto comum para os três maiores grupos de línguas do Brasil: karib, tupi e jê” (MONTSERRAT, 1994, p. 97).

Com relação ao grupo aruák, este também era considerado um tronco que englobava as famílias aruák e arawá. Porém, Rodrigues (1985 apud MONTSERRAT, 1994), baseado em dados recentes, prefere considerar não um tronco aruák que engloba as famílias aruák e arawá, mas, sim, apenas estas duas últimas, sem filiá-las a um tronco linguístico comum, referindo-se a elas apenas como família aruák e família arawá.

As línguas da família aruák são faladas no Brasil (da região das guianas ao oeste do Mato Grosso e do Mato Grosso do Sul), na Bolívia, no Peru, no Equador e na Venezuela. Segundo Urban (1992 apud MONTSERRAT, 1994), essa família existe há cerca de 3 mil anos, sendo o centro-norte do Peru a área de onde, provavelmente, se iniciou a dispersão das línguas da família aruák.

Nos estados do Amazonas e do Acre está a família arawá, que, atualmente, engloba apenas quatro línguas muito semelhantes. São elas: o kulína, o dení, o yamamadí e o paumari.

As famílias linguísticas menores provavelmente possuem menos de 3 mil anos de existência, além de abrangerem uma concentração territorial maior, tendendo a situar-se na periferia da bacia amazônica (MONTSERRAT, 1994).

Das línguas isoladas, o tikuna é uma exceção, pois possui mais de 20 mil falantes. Ainda com relação a estas, e incluindo as famílias muito pequenas, Urban (1992 apud MONTSERRAT, 1994) levanta a possibilidade de serem três os pontos, na América do Sul, de onde se originaram suas dispersões: o Nordeste brasileiro; o Oeste brasileiro, incluindo parte da Bolívia; e o Norte peruano e equatoriano.

Além do tikuna, as demais línguas indígenas isoladas – ou seja, aquelas para as quais não se identificou um parentesco que permitisse agrupá-las em famílias e troncos – ainda faladas no Brasil são: aikaná, koaiá (arara), kanoê (kapixaná), jabuti, arikapú, mky, trumái, awakê e máku.

No que concerne ao Nordeste do Brasil, com exceção de Pernambuco e Maranhão, não existem mais línguas minoritárias na região. Assim, em Pernambuco é falada a língua indígena yatê, pelos índios fulniô, de Águas Belas; e no Maranhão são faladas as línguas indígenas guajajara, guajá, ka'apóre, timbira e mbyá.

## 5.2 LÍNGUAS EUROPEIAS E ASIÁTICAS QUE PASSARAM A COMPOR O CENÁRIO LINGUÍSTICO BRASILEIRO A PARTIR DO SÉCULO XIX

A partir do século XIX, nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, teve início a chegada de um grande número de imigrantes de etnias variadas. Essa imigração, mais intensa nas referidas regiões, contribuiu para que, nelas, o pluralismo étnico se tornasse mais evidente. Alguns desses grupos de imigrantes foram compostos por italianos, alemães, poloneses e japoneses, que, reunindo-se em núcleos populacionais, nas zonas rurais principalmente, com forte caracterização étnico-cultural, acabaram, por este motivo, merecendo mais visibilidade por parte do resto do Brasil (KREUTZ, 2000).

Os colonos que chegaram ao Brasil para trabalhar como substitutos da mão de obra escravizada, no século XIX, procuraram manter alguma forma de identificação étnica, que se refletia na continuação do uso do idioma de origem, na organização religiosa e na formação de associações e de escolas, embora as chamadas *escolas étnicas*, de tradição cultural mais forte, só tenham surgido entre o final do século XIX e o início do século XX.

Mas as escolas étnicas não foram criadas como resultado apenas da preocupação dos imigrantes em preservar suas tradições culturais. Muitos já eram alfabetizados e originários de países com forte tradição escolar. Por esse motivo, cientes da importância da escola, e não encontrando escolas públicas nas regiões onde se instalaram, partiram, eles mesmos, para a implantação de escolas comunitárias.

Quanto aos motivos que levaram o governo brasileiro a incentivar a imigração, estes foram apresentados por Kreutz (2000): 1. O exemplo do que ocorreu nos Estados Unidos, onde a imigração produziu bons resultados em termos de desenvolvimento econômico e social para o país; 2. “A imigração também começou a ser vista como forma de garantir a ocupação do espaço geográfico, especialmente na região sul, em constante conflito de fronteira com os países do Prata”; e 3. A questão racial, pois alega-se que o governo brasileiro deu preferência a imigrantes europeus, porque, assim, estaria iniciando o processo de “branqueamento” do país (KREUTZ, 2000, p. 349).

Apesar de o Estado ter preferido a concentração heterogênea de grupos étnicos, ainda assim os próprios imigrantes convergiam para tal concentração, no intuito de facilitar sua organização religiosa, social e escolar.

Continuando com as informações fornecidas por Kreutz (2000) – que em tudo seguimos –, se considerarmos a importância demográfica dos imigrantes que chegaram ao Brasil, em ordem decrescente, temos: 1. Italianos; 2. Espanhóis; 3. Portugueses – já sujeitos às leis do Brasil independente; 4. Japoneses<sup>2</sup>; e 5. Alemães.

Com relação aos poloneses, uma avaliação de seu contingente torna-se difícil, pois muitos foram classificados como russos, pois a Polônia, na ocasião, estava sob o domínio da Rússia.

Quando os imigrantes começaram a chegar ao Brasil, o mundo vivia um momento no qual seus países buscavam a afirmação de uma nacionalidade, tendo como esteio a unidade política e cultural. Com o Brasil, não foi diferente. Por isso, o contexto de formação da nacionalidade, aqui, baseava-se em tais tendências, o que implicava, também, em unidade linguística. “Buscava-se um pretense coletivo, operava-se uma universalização no conceito de povo e de nação em detrimento das especificidades e diferenciações culturais” (KREUTZ, 2000, p. 351).

Assim, o sistema escolar estava apoiado no uniformitarismo cultural, o que incluía o uso apenas da língua portuguesa, e teria, como uma de suas funções, sua difusão, como parte de um projeto de fortalecimento da identidade nacional brasileira.

As escolas étnicas dos imigrantes devem ser analisadas dentro dessa perspectiva, porque, a depender da orientação de cada estado da Federação, no sentido de imposição de uma identidade nacional, tais escolas foram favorecidas ou não.

<sup>2</sup> Com 400 mil falantes, é a minoria linguística numericamente mais significativa do Brasil. (RODRIGUES, 2006).

Em 1890, período em que entraram mais imigrantes no Brasil – cerca de 1 milhão e 200 mil –, o sistema escolar público era deficitário a ponto de o país possuir mais de 80% de analfabetos. Essa situação levou os imigrantes a pressionarem o Estado, no intuito de que fossem criadas mais escolas públicas. Os núcleos mais homogêneos de imigrantes, no entanto, em vez de pedirem a criação de novas escolas, procuraram suprir essa falta criando as escolas étnicas, fortemente identificadas com suas raízes culturais, solucionando esse problema com maior celeridade: “Essas colônias ‘alemãs’, ‘italianas’ e ‘polonesas’, isoladas por longo período, tendo pouco contato com a população nacional, empreenderam uma ampla estrutura comunitária de apoio ao processo escolar [...], com características dos países de origem” (KREUTZ, 2000, p. 354).

Da década de 1930 em diante, as escolas étnicas passaram a ser encaradas com hostilidade pelo Estado, devido à tendência nacionalista por que o Brasil atravessava. Assim, “[...] em 1938-1939, momento da nacionalização compulsória, [as escolas étnicas] foram fechadas ou transformadas em escolas públicas por meio de uma sequência de decretos de nacionalização” (KREUTZ, 2000, p. 354).

Contudo, os próprios imigrantes, independentemente do processo de nacionalização compulsória, já vinham passando por um outro processo, desencadeado por eles próprios, com motivações internas e externas, no sentido de começarem a dar preferência às escolas públicas brasileiras. Como motivação interna, temos o fato de que os pais e alunos sentiram a necessidade de uma melhor proficiência em língua portuguesa, para que pudessem adquirir condições de competir com melhores chances no mercado de trabalho.

Como motivação externa, temos a revolução dos transportes e das comunicações, que retiraram as regiões onde se encontravam os imigrantes do isolamento anterior no qual estavam imersas. Assim, sendo obrigadas a interagir com o restante do país, no qual já se falava, majoritariamente, o português, perceberam a necessidade que o melhor aprendizado dessa língua representava. Por esse motivo, Kreutz (2000, p. 367) afirma que “[...] as medidas de nacionalização compulsória do ensino apenas precipitaram um processo de transformação já em curso”.

A riqueza dos dados, apresentados de forma clara e objetiva por Kreutz (2000), permite-nos ter uma noção precisa de quais outras línguas – além da portuguesa e das cerca de 180 línguas indígenas – passaram a compor o cenário multilíngue – porém já localizado – do Brasil. Permite-nos ter uma noção precisa, também, de como o português – seja por caminhos oficiais, seja por atitude dos próprios imigrantes – acabou tornando-se hegemônico entre esses grupos de imigrantes que começaram a aportar no Brasil, com suas respectivas línguas, a partir do século XIX, embora o bilinguismo – ao menos doméstico, entre suas línguas de origem e o português – ainda se mantenha entre esses grupos.

### 5.3 O ATUAL QUADRO DA LÍNGUA PORTUGUESA NO BRASIL

No subitem 4.1 deste artigo, tratamos da difusão do português pelo Brasil, apresentando as hipóteses, que consideramos complementares, de Mattos e Silva (2004) e de Rodrigues (2006), para, logo em seguida, expormos como se deu o processo de polarização da língua portuguesa no Brasil, como constatou Lucchesi (1998, 2003, 2012), e como essa polarização começou a atenuar-se devido ao contato estreito e prolongado que passou a ocorrer entre a norma culta e a norma popular, em função, principalmente, do êxodo rural e da ascensão de imigrantes europeus e asiáticos para as camadas socioeconomicamente privilegiadas da população brasileira.

Com a migração de um grande contingente da zona rural para as zonas urbanas, as duas normas, culta e popular, encontraram-se, redistribuindo-se, agora, diastaticamente, ao longo da pirâmide social brasileira, pois os egressos das zonas rurais, ao chegarem às cidades, começaram a exercer funções socialmente desfavorecidas, passando a engrossar o contingente da base dessa pirâmide. Assim, constituíram-se nos depositários da norma popular, enquanto os integrantes do topo da pirâmide – que lá já estavam e lá continuaram – passaram a ser os depositários da norma culta, como vimos. Daí a afirmação de Teyssier de que, no Brasil, o trabalho dialetológico deveria ser mais vertical do que horizontal, ou seja, mais pluridimensional do que monodimensional.

Sem discordar de Teyssier no que diz respeito à maior pertinência de uma dialectologia pluridimensional, somos obrigados a discordar, porém – e sem sair do viés pluridimensional –, com a afirmação de que as variações diastráticas devam ter prevalência de análise sobre as variações diatópicas, pois, como podemos verificar em Cardoso (2006, p. 376) – uma das responsáveis pelo primeiro *Atlas Linguístico do Brasil*, já finalizado e publicado desde 2014 –, a variação “[...] atinge o português brasileiro no plano horizontal, diversificando regiões e áreas, caracterizadas como de maior ou menor amplitude [principalmente no nível fonético], e no plano vertical, assinalando traços particularizantes de usos dos diferentes estratos sociais [principalmente no nível morfossintático] [...]”, deixando claro que tanto as variações diatópicas quanto as variações diastráticas refletem a realidade do PB.

Nesse caso, de acordo com a autora, para se ter uma ideia precisa do quadro dialetológico brasileiro, é necessário aprofundar as observações empíricas em todos os níveis de variação da língua portuguesa, tanto no eixo diatópico quanto no eixo diastrático, não apresentando conclusões com base em dados empíricos que reflitam apenas um determinado nível de variação e uma só dimensão de variação, sob pena de o quadro dialetológico brasileiro vir a ser traçado com imprecisões.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos abordar, de forma sucinta e simultaneamente ampla, os pontos que consideramos principais para que pudéssemos expor uma visão panorâmica dos quinhentos anos de história social-linguística do Brasil.

Assim, começamos pela chegada dos portugueses, no século XVI, expondo a maneira como romperam a barreira linguística inicial com os autóctones, passando pela formação das três línguas gerais brasileiras, pelo processo de escravização de africanos em nosso território – ressaltando a importância do conseqüente contato linguístico, provocado por esse processo, sobre a língua do colonizador português –, assim como pelo quadro dialetológico atual do Brasil, incluindo tanto as línguas indígenas nacionais remanescentes quanto as línguas europeias e asiáticas que aqui chegaram na primeira metade do século XIX e que ainda persistem como minorias linguísticas, embora não tenham sido reconhecidas, pela Constituição de 1988, como línguas nacionais.

Desse modo, esperamos ter proporcionado ao leitor um conhecimento básico tanto do percurso histórico do PB quanto dos elementos que constituíram e determinaram fortemente esse percurso.

## REFERÊNCIAS

BAXTER, A.; LUCCHESI, D. Processos de crioulização na história sociolinguística do Brasil. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 163-218.

\_\_\_\_\_. A transmissão linguística irregular. In: LUCCHESI, D.; BAXTER, A.; RIBEIRO, I. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2009. p. 101-124.

CARDIM, F. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Hedra, 2009. p. 173-217.

CARDOSO, S. Diatopia e diastratia no português do Brasil: prevalência ou convivência? In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 359-380.

CASIMIRO, A. P. B. S. Apontamentos sobre a educação no Brasil colonial. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos (Org.). *História da educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008. p. 17-50.

EMMERICH, C.; PAIVA, M. da C. de. Português xinguano: origem e trajetória. In: CARVALHO, A. M. (Org.). *Português em contato*. Madrid: Iberoamericana, 2009. p. 153-164.

FERNANDES, F. R. Invasões holandesas no Brasil. *InfoEscola*, 2016. Disponível em <www.infoescola.com/historia/invasoes-holandesas-no-brasil/>. Acesso em: 03 mar. 2017.

FREYRE, G. *Casa-grande & senzala*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2002.

HOUAISS, A. *O português no Brasil*. Rio de Janeiro: Unibrade – Centro de cultura, 1985. p. 46-68.

KREUTZ, L. A educação de imigrantes no Brasil. In: LOPES, E. et al. (Org.). *500 anos de educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 347-367.

LOBO, T.; LUCCHESI, D. Gramática e ideologia. *Sitientibus*, Feira de Santana, n. 5/8, p. 73-81, 1988.

LUCCHESI, D. A constituição histórica do português brasileiro como um processo bipolarizador: tendências atuais de mudança nas normas culta e popular. In: GROBE, S.; ZIMMERMANN, K. (Org.). *“Substandard” e mudança no português do Brasil*. Lisboa: TFM, 1998. p. 73-99.

\_\_\_\_\_. *Línguas em contato*. Manuscrito sem data.

MATTOS E SILVA, R. V. Virgínia. *Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro*. São Paulo: Parábola, 2004. p. 69-108.

MÉTRAUX, A. The Tupinamba. In: STWEARD, J. (Org.). *Handbook of south american indians*. Washington: Government printing office, 1948. p. 95-139.

MONTSERRAT, R. M. F. Línguas indígenas no Brasil contemporâneo. In: GRUPIONI, L. D. B. (Org.). *Índios no Brasil*. Brasília: MEC, 1994. p. 93-104.

MOTT, L. *Bahia: inquisição & sociedade*. Salvador: EDUFBA, 2010. p. 195-293.

NARO, A.; SCHERRE, M. M. O conceito de transmissão linguística irregular e as origens estruturais do português brasileiro: um tema em debate. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Org.). *Português brasileiro: contacto linguístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2003. p. 285-302.

PESSOA DE CASTRO, Y. *Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001. p. 25-47.

\_\_\_\_\_. A matriz africana no português do Brasil. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 81-116.

PETTER, M. M. T. Línguas africanas no Brasil. In: CARDOSO, S.; MOTA, J.; MATTOS E SILVA, R. V. (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 117-142.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

RODRIGUES, A. *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*. São Paulo: Loyola, 1986.

\_\_\_\_\_. As línguas gerais sul-americanas. *Laboratório de línguas indígenas*, Brasília, 1996. Disponível em: <<http://www.unb.br>>. Acesso em: 10 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. As outras línguas da colonização do Brasil. In: CARDOSO, Suzana; MOTA, Jacyra; MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia (Org.). *Quinhentos anos de história linguística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia, 2006. p. 143-161.

SILVA NETO, S. da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Presença/MEC, 1979 [1957].

TEIXEIRA, R. As línguas indígenas no Brasil. In: GRUPIONI, L. D. B.; SILVA, A. L. da (Org.). *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC/MARI/UNESCO, 1995. p. 291-311.

TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. 3. ed. Tradução de Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VILHENA, L. dos S. *A Bahia no século XVIII*. Salvador: Editora Itapuã, 1969 [1798-1799]. p. 437- 514.

WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. I. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006.

**Recebido em 08/03/2017. Aceito em 31/10/2017.**